

# Governança dos Organismos Participativos de Avaliação da Qualidade Orgânica em Unidades Familiares Produtivas (UFPs)

## Sistemas Participativos de Garantia (SPGs)





**Ficha catalográfica elaborada pela Seção de Catalogação e  
Classificação da Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa -  
Campus Viçosa**

G721      Governança dos organismos participativos de avaliação da  
2023      qualidade orgânica em Unidades Familiares Produtivas (UFPs)  
            [recurso eletrônico] : Sistemas Participativos de Garantia (SPGs)  
            / Fábio Santiago ... [et al.] -- Viçosa, MG : UFV, IPPDS, 2023.  
            1 livreto eletrônico (36 p.) : il. color.

Disponível em: <https://aksaam.ufv.br/pt-BR/publicacoes>  
ISBN 978-85-66148-85-5

1. Agroecologia. 2. Algodão - Cultivo. 3. Agricultura familiar - Brasil, Nordeste. 4. Certificação. I. Santiago, Fábio dos Santos, 1970-. II. Blackburn, Ricardo Menezes, 1975-. III. Sidersky, Pablo Renato, 1952-. IV. Silva, Juliana Melo da, 1998-. V. Alencar, Hélio, 1964-. VI. Moura, Victória Regina de Souza, 1999-. VII. Moreira, Carolina da Silva, 1998-. IX. Braga, Marcelo José, 1969-. X. Universidade Federal de Viçosa. Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável. Adaptando Conhecimento para a Agricultura Sustentável e o Acesso a Mercados. XI. Diaconia.

CDD 22. ed. 630.277

Bibliotecário responsável: Euzébio Luiz Pinto CRB-6/3317

Este documento é uma produção de Diaconia e o Programa Adaptando Conhecimento para a Agricultura Sustentável e o Acesso a Mercados (AKSAAM) – Fundo Internacional para Desenvolvimento Agrícola (FIDA) – Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável (IPPDS)/Universidade Federal de Viçosa (UFV), no âmbito do Projeto Algodão em Consórcios Agroecológicos – 2022.



### **Coordenação Político-pedagógica**

Waneska Bonfim

### **Coordenação Administrativo-financeira**

Maria Orlenir Santos

### **Colegiado de Coordenação Territorial**

Ita Porto – Sertão do Pajeú/PE

Risoneide Lima – Oeste Potiguar/RN

Kezzia Silva – Região Metropolitana de Fortaleza/CE

Joselito Costa – Região Metropolitana do Recife/PE

### **Projeto Algodão em Consórcios Agroecológicos**

Fábio Santiago (Coordenador); Ricardo Blackburn, Juliana Melo, Ita Porto, Helio Alencar, Jucier Jorge, Hesteólivia Ramos, Erickson Macena e Paulo Nobre (Assessores/as Técnicos/as); Victoria Moura e Carolina Moreira (Estagiárias)



### **Coordenador Geral do AKSAAM**

Marcelo Braga

### **Coordenador Técnico**

Ricardo Santos

### **Supervisor Técnico**

Alex Pimentel

### **Gerente de Projetos**

Moacir Chaves Borges

### **Coordenador**

Heronildes Paes de Negreiros

### **Técnico Agropecuária**

Gean Magalhães Bastos

### **Assessora/Consultora Técnica**

Bayne Ribeiro Santos Doria Tavares

### **Monitora Agrícola**

Maria Milena Ferreira Lima



## **Publicação**

“Governança dos Organismos Participativos de Avaliação da Qualidade Orgânica em Unidades Produtivas Familiares (UFPs) – Sistemas Participativos de Garantia (SPGs)”

## **Autoria**

Fábio Santiago – Engenheiro Agrônomo, Especialista em Conservação do Solo, Mestre em Manejo de Água e Solo e Doutor em Engenharia Agrícola

Ricardo Blackburn – Médico Veterinário e Especialista em Desenvolvimento Rural Sustentável

Pablo Sidersky – Economista, Especialista em Sociologia do Desenvolvimento Agrícola e Mestre em Sociologia Rural

Juliana Melo – Engenheira Agrônoma

Helio Alencar – Engenheiro Agrônomo e Especialista em Associativismo e Biologia

Victoria Moura – Graduanda em Agronomia – UFRPE

Carolina Moreira – Graduanda em Agronomia – UFRPE

## **Revisão técnica**

Ricardo Santos

Alex Pimentel

## **Fotos**

Acervo Diaconia e Internet

## **Diagramação**

Déborah Médice

## **Apoio**

FIDA/AKSAAM/IPPDS/UFV, Laudes Foundation e Inter – American Foundation

## **Agradecimentos**

Agricultores e agricultoras dos Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPACs) e técnicos e técnicas das Organizações da Sociedade Civil (ONGs) pelo envolvimento e apoio.



# Sumário

<b>1. Introdução .....</b>	<b>7</b>
<b>2. Aspectos organizacionais dos SPGs/OPACs .....</b>	<b>10</b>
<b>2.1. As estruturas ou instâncias dos Sistemas Participativos de Garantia (SPGs)/Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade (OPACs)</b>	
<b>2.2. Os instrumentos e o processo de certificação orgânica participativa</b>	
As assembleias gerais e o processo de avaliação e planejamento	
Os documentos da Unidade Familiar Produtiva (UFP)	
As referências técnicas do Sistema Participativo de Garantia (SPG)	
As visitas	
A emissão dos certificados e o registro do Cadastro Nacional de Produtores/as Orgânicos/as (CNPO)	
<b>2.3. Outras funções desempenhadas no âmbito do Sistema Participativo de Garantia (SPG)/Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC)</b>	
Módulos de formação – geração e disseminação do conhecimento – assessoramento técnico	
A experimentação ou pesquisa participativa de inovações tecnológicas	
Sementes	
O monitoramento da produção	
O descaroçamento do algodão	
A comercialização e a gestão financeira	
Despesas de funcionamento do SPG/OPAC	
<b>3. Ferramenta de avaliação da maturidade dos SPGs/OPACs .....</b>	<b>34</b>
<b>4. Software para aperfeiçoamento da certificação orgânica participativa no âmbito dos SPGs/OPACs .....</b>	<b>35</b>
<b>5. Considerações finais .....</b>	<b>36</b>



# 1. Introdução

O Projeto Algodão em Consórcios Agroecológicos, coordenado pela Diaconia, conta com apoio financeiro da Laudes Foundation, o Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura – FIDA por meio do Projeto AKSAAM/Universidade Federal de Viçosa (UFV)/Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável (IPPDS)/FUNARBE e da Inter-American Foundation (IAF). O Projeto vem sendo implementado em parceria com a Universidade Federal de Sergipe (UFS), Organizações da Sociedade Civil Organizada (ONGs) e os Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPACs) – Organizações de base da agricultura familiar.

O foco principal do Projeto é o fortalecimento dos Sistemas Participativos de Garantia (SPGs) dos OPACs, numa perspectiva de promover a produção com certificação orgânica participativa e uma economia inclusiva, circular e regenerativa, com justiça de gênero, para melhoria da qualidade de vida das famílias agricultoras no semiárido do Nordeste do Brasil. O Projeto atua em rede de parcerias desde 2018, por meio de um arranjo institucional de assessoramento técnico as organizações de base de base da agricultura familiar, em 7 territórios e 6 estados, com 1.341 famílias envolvidas: a) Sertão do Pajeú – PE – ONG Diaconia e OPAC-ASAP/PE; b) Sertão do Araripe – PE – ONGs Chapada e Caatinga e OPAC-ECOARARIPE/PE; c) Sertão do Cariri – PB – ONG Arribaça e OPAC-ACEPAC/PB; d) Serra da Capivara – PI – ONG Caritas de São Raimundo Nonato (SRN) e OPAC-APASPI/PI; e) Sertão do Apodi – RN – ONG Diaconia e OPAC ACOPASA/RN; f) Alto Sertão Alagoano – AL – ONG Instituto Palmas e OPAC-Flor de Caraipeira/AL; g) Alto Sertão Sergipano – ONG CDJBC e OPAC-ACOPASE/SE.

Os SPGs/OPACs têm como objetivo principal promover a avaliação participativa da conformidade orgânica para seus associados/as nas Unidades Familiares Produtivas (UFPs), conferindo certificado orgânico anual. São legalmente representados pelos OPACs, junto ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) e outros setores da sociedade. O sistema tem por função principal, o registro de informações relacionadas ao manejo nas UFPs e visitas de avaliação. Os processos nas UFPs são controlados e avaliados em relação à conformidade com a legislação brasileira dos orgânicos<sup>1</sup>, e os produtos gerados ficam autorizados ao uso do selo orgânico brasileiro. Os produtos orgânicos com certificação participativa no Brasil

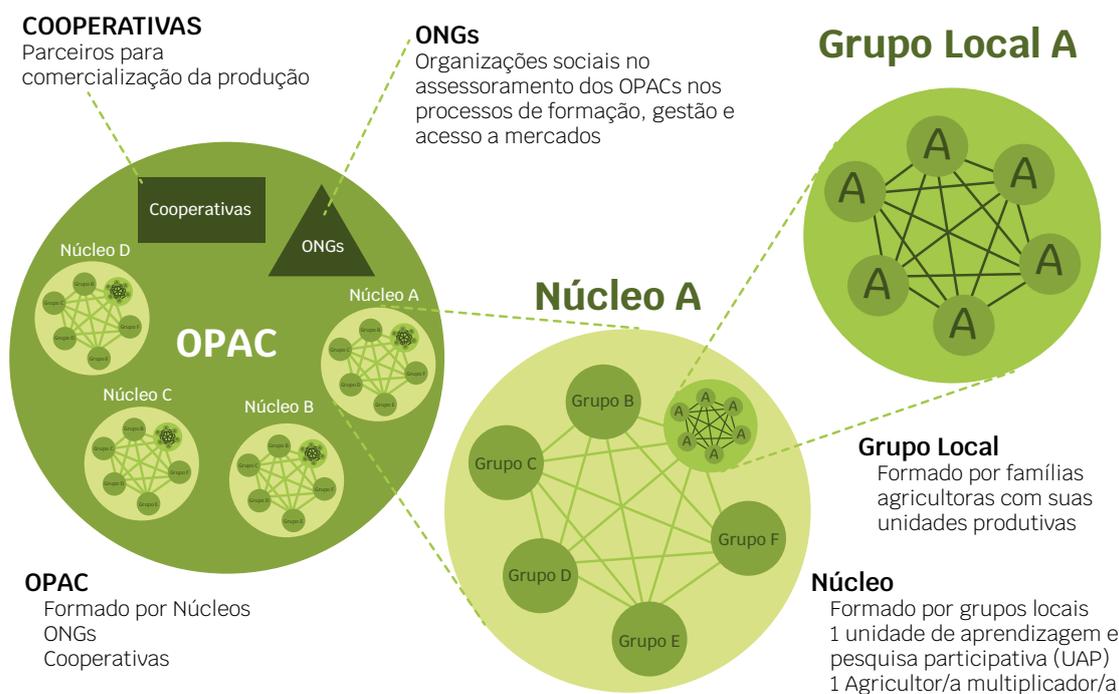
<sup>1</sup> Lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003, acompanhada de Instruções Normativas, decretos, portarias e outras regulamentações.

podem ser comercializados em supermercados, lojas e feiras, e igualmente reconhecidos em relação aos em regime de auditoria.

Na experiência do 'Algodão em Consórcios Agroecológicos', além de sua função principal, o SPG/OPAC também desenvolve outras funções, como a gestão, construção e disseminação do conhecimento. Neste aspecto, o conhecimento sobre o cultivo agroecológico e certificação orgânica participativa nas UFPs são tratados como um aspecto importante da sustentabilidade do sistema.

A estrutura da organização do SPG (Figura 1) se inicia com grupo local de produção, onde as famílias agricultoras se organizam para garantir a gestão da informação e qualidade orgânica da produção das UFPs. Os grupos com maior proximidade geográfica se juntam em núcleos. Nos projetos conduzidos pela Diaconia, em cada núcleo, há uma Unidade de Aprendizagem e Pesquisa Participativa (UAP), conduzidas por agricultor/a multiplicador/a, para as formações de condução dos consórcios, pesquisa participativa e certificação orgânica. Esse processo se comunica com a coordenação do SPG/OPAC para aspectos de funcionamento, descaroçamento e comercialização do algodão e outros produtos dos consórcios. Os núcleos juntos formam a organização territorial do SPG/OPAC, que ainda pode contar com participação de ONGs, cooperativas, consumidores, entre outros. A organização territorial do SPG/OPAC tem uma coordenação que executa diversas funções/atividades.

### Estrutura Organizacional do Organismo Participativo da Avaliação da conformidade orgânico - OPAC



**Figura 1.** Infográfico que representa a estrutura organizacional de um SPG/OPAC.



Outra função interessante do SPG é gerenciar/organizar processos coletivos de agregação de valor à produção. Um exemplo, é o descaroçamento do algodão, gerenciado pelo SPG/OPAC, que permite as famílias agricultoras comercializar a pluma do algodão em transição e com certificação orgânica participativa diretamente ao comércio justo e mercado orgânico. Há em curso também outros avanços para agregar valor aos outros produtos dos consórcios (milho, feijão, amendoim, gergelim, plantas adubadeiras, entre outras) e demais áreas das UFPs.

O SPG/OPAC pode assumir ainda a função de comercialização. Por ser uma organização civil sem fins lucrativos, pode representar seus sócios/as em transações comerciais, ou fazer parceria com cooperativas para tal função. Essa associação e/ou cooperação dos grupos familiares produtivos são fundamentais para oportunizar o SPG com uma “teia social” que mobilizar a estruturação de cadeias produtivas de valor agregado da agricultura familiar.

O Projeto vem apoiando a autonomia financeira e meios de sustentabilidade dos SPGs/OPACs. Para isso, foram propostos 3 fundos de gestão: a) Fundo de Incentivo à Autonomia Financeira (FIAF) em cada SPG/OPAC. A capitalização do FIAF advém das contribuições das famílias com o processo de comercialização, anuidade, certificado orgânico, doações, entre outros, necessário para custear as despesas de giro anual de funcionamento dos SPGs, assim como atividades da organização; b) O Fundo de Incentivo Produtivo e Ambiental (FIPA), importante para investimentos em infraestrutura, tecnologias, entre outras, com recursos proveniente de rubricas de projeto; c) Fundo Rotativo e Solidário (FRS), necessário para financiar as atividades de produção primária e processos de agregação de valor à produção, financiado pelo Projeto.

As mulheres e jovens nos SPG/OPACs constituem um elemento importante de sustentabilidade organizacional, tanto por formação e escolaridade, como por participação para funcionamento dos sistemas. Como forma de verificar o nível de maturidade dos SPGs/OPACs e planejar ações de fortalecimento organizacional, está em curso a consolidação de uma ferramenta de gestão da maturidade. Essa permite fazer uma ‘fotografia organizacional’ dos eixos de desenvolvimento organizacional, humano e do ecossistema. Isso é fundamental para o enfrentamento dos desafios dos SPGs/OPACs.

O presente documento aborda aspectos organizacionais e funcionais dos SPGs/OPACs que são apoiados pelo Projeto Algodão em Consórcios Agroecológicos, disseminando conhecimento das estratégias de sustentabilidade, maturidade organizacional, eficiência e autonomia na condução de suas funções e longevidade.



## 2. Aspectos organizacionais dos SPGs/OPACs

### 2.1. As estruturas ou instâncias dos Sistemas Participativos de Garantia (SPGs)/Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade (OPACs)

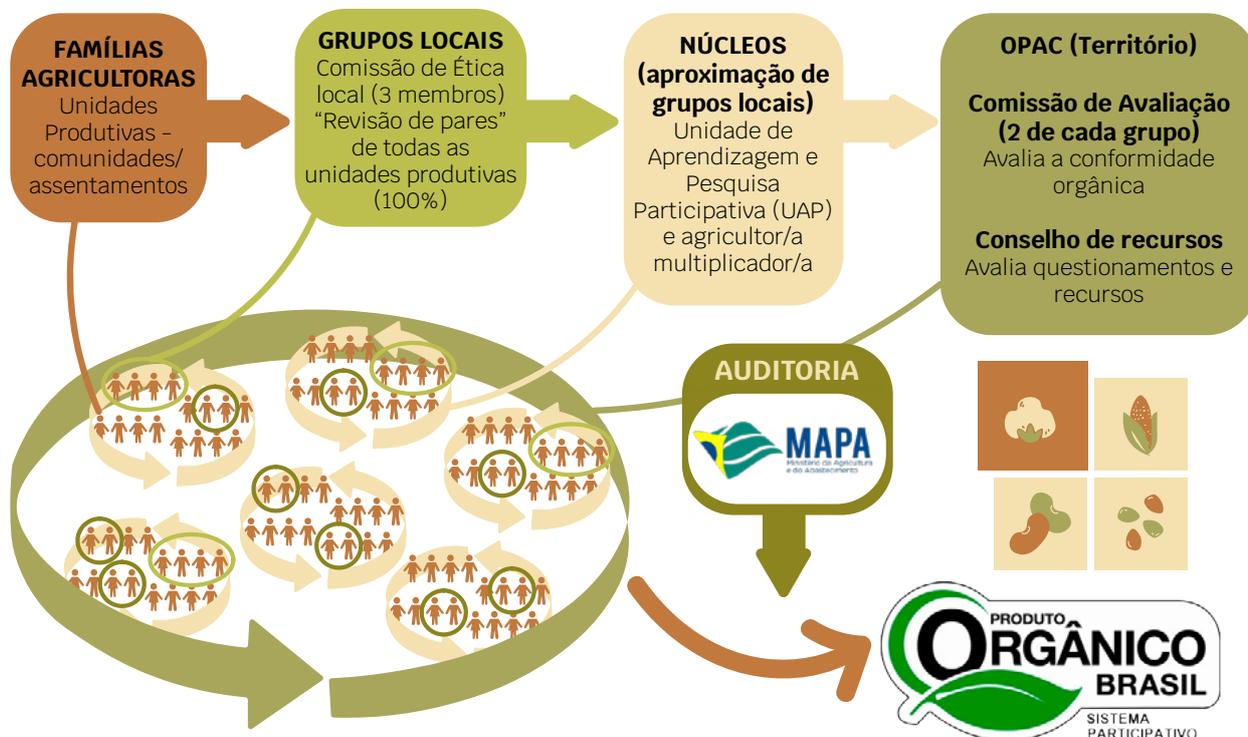
O grupo local de produção é uma ‘peça’ essencial do SPG/OPAC. Mesmo que um grupo local não precise ser legalizado (ou seja, ter CNPJ), existem algumas formalidades que precisam ser preenchidas, é fundamental o registro para que tenha a existência reconhecida no sistema.

Cada grupo local de produção tem uma Comissão de Ética local, formada por no mínimo 3 membros, designados/as pelo próprio grupo. As Comissões de Ética organizam as visitas locais (ou visitas de pares), que constituem o primeiro momento ou etapa no processo de verificação da conformidade no âmbito do SPG/OPAC. Essas visitas são obrigatórias, sendo que agricultor/a pertencente ao sistema deve ser visitada/o pelo menos uma vez por ano. São nessas visitas que se verifica a conformidade orgânica nas UFP à luz das regras da produção orgânica. No final das visitas, a Comissão de Ética local emite um parecer, em caso de aprovação, que a UFP está em conformidade orgânica e ela pode receber a visita do nível seguinte, que é a visita de verificação cruzada – Comissão de Avaliação.

Os SPGs/OPACs possuem uma Comissão de Avaliação, formada por 2 representantes de cada grupo local de produção do território. Cabe à Comissão de Avaliação avaliar documentos gerados pelas famílias agricultoras e grupos locais de produção, assim como organizar as visitas externas ou cruzadas (também chamadas de ‘visitas de verificação’), nas quais uma família/UFP recebe a visita de agricultores/as de outros grupos locais de produção. Nesta visita, se emite parecer sobre a aptidão do agricultor/a para receber o Certificado de Conformidade Orgânica.

## OPAC - ORGANISMO PARTICIPATIVO DE AVALIAÇÃO DE CONFORMIDADE

### (SPG - SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA)



**Figura 2.** Infográfico com funcionamento de um SPG/OPAC.

Conforme está estabelecido no Estatuto e no Manual de Procedimentos Operacionais, o SPG/OPAC deve constituir um conselho de recursos. Essa instância tem como função ouvir e julgar sobre os recursos, reclamações e apelações impetradas por qualquer agricultor/a, que contestem decisões tomadas pelas Comissões de Ética e Avaliação.

Ainda no domínio das 'estruturas' do SPG/OPAC, se constituiu uma Comissão Técnica. Ela é formada por três agricultores/as, mais um/a técnico/a de uma ONG parceira e com possibilidade de outros/as participantes. Tem a função de 'aconselhar' a diretoria do SPG/OPAC e as Comissões de Ética e Avaliação, conforme a necessidade.

Finalmente cabe registrar que Assembleia Geral (ordinária ou extraordinária) como instância final de decisão do controle anual do SPG/OPAC, onde se registra e chancela as decisões tomadas por outras instâncias mencionadas. Cabe também à Assembleia Geral deliberar sobre a incorporação de novas famílias e novos grupos locais ao SPG/OPAC.

A seguir uma proposição de calendário do ciclo anual para avaliação participativa da conformidade orgânica em UFPs para produção de algodão no Nordeste do Brasil.

**Quadro 1.** Calendário do ciclo anual da avaliação participativa da qualidade orgânica dos SPGs/OPACs para produção de algodão no Nordeste do Brasil

	<b>Marcos processuais do ciclo anual do SPG</b>	<b>Calendário recomendado</b>	<b>Documentos</b>
<b>1</b>	Atividades e documentos das famílias e formalização dos grupos (plano de manejo, caderno e formalização dos grupos)	Até fevereiro	Plano de manejo - até abril e caderno de campo até outubro
<b>2</b>	Visitas locais e documentos relacionados (roteiro e registro de recomendações da Comissão de Ética)	Abril	Roteiro de visita e recomendações da Comissão de Ética: ata no livro do grupo local, caderno de campo e quadro para a Comissão de Avaliação
<b>3</b>	Comissão de Avaliação, análise dos documentos enviados pelos grupos locais e documentos de constituição	Junho	Agenda das visitas cruzadas – Comissão de Avaliação
<b>4</b>	Visitas cruzadas e documentos relacionados (roteiro de visita e quadro de recomendação a partir da Comissão de Avaliação)	Agosto	Roteiro de visita e quadro de recomendação a partir da Comissão de Avaliação
<b>5</b>	Reunião da Comissão de Avaliação para consolidar o resultado das visitas cruzadas – Comissão de Avaliação	Setembro	Lista de agricultores/as aptos/as ao cadastro no SisOrg e certificado orgânico do OPAC
<b>6</b>	Assembleia para aprovar o resultado da avaliação da conformidade orgânica e gerar os certificados da produção orgânica	Outubro	Aprovação da lista de agricultores/as aptos/as ao cadastro no SisOrg e entrega do certificado orgânico do OPAC

Anualmente têm sido realizadas ao menos 2 Assembleias Gerais nos SPGs/OPACs. Esses eventos tratam, como é de se prever, das questões estatutárias e institucionais (eleição da diretoria – quando é pertinente ou a aceitação de novos grupos locais de produção e famílias agricultoras para integrarem à organização). Ademais, são discutidas atividades que aconteceram no período precedente e as que deverão acontecer no período subsequente. Neste sentido, as assembleias também eventos de Planejamento, Monitoramento e Avaliação – PMA.

Também são realizadas reuniões regulares a cada 2 meses entre agricultores/as multiplicadores/as do conhecimento, coordenação do SPG/OPAC e assessoramento técnico para tratar do calendário de formações e condução da organização.

## 2.2. Os instrumentos e o processo de certificação orgânica participativa

### As Assembleias Gerais e o processo de avaliação e planejamento

Além da função de decisão em última instância de funcionamento do SPG/OPAC, a Assembleia Geral é um momento que reúne representantes de todos/as dos grupos locais de produção do território (Figuras 3 e 4). Isso é fundamento para entendimento do calendário anual de atividades e as estratégias de implementação do giro anual para controle da conformidade orgânica nas UFPs. Além disso, se incorpora a dinâmica de PMA.

No âmbito do Projeto, é tema também nas assembleias as discussões de implementação do calendário de formação nas Unidades de Aprendizado e Pesquisa Participativa (UAPs) em cada território de atuação do Projeto<sup>2</sup>, envolvendo assessoramento técnico, agricultores/as multiplicadores/as, coordenação dos SPGs/OPACs e outras lideranças dos grupos locais.



**Figura 3.** Assembleia do SPG/OPAC ASAP/PE.



**Figura 4.** Assembleia do SPG/OPAC ACEPAC/PB.

<sup>2</sup> Cabe assinalar que a metodologia de trabalho utilizada pelo Projeto Algodão em Consórcios Agroecológicos inclui, em cada Território, uma série de módulos de formação que tratam da implantação e condução dos roçados assim como do processo de certificação e da ação da OPAC.



## Os documentos da Unidade Familiar Produtiva (UFP)

O plano de manejo da UFP é o documento de base sobre o qual se constrói o processo da certificação orgânica participativa. Ele deve ser elaborado por cada UFP. Tem como objetivo registrar a condução de uso e manejo nas diversas áreas da UFP. Para tanto, a produção na UFP tem que estar em conformidade com as normas de produção orgânica. O plano de manejo deve ser elaborado (ou atualizados) anualmente, no início do ano agrícola. Os SPGs/OPACs tem um formulário, aprovado pelo MAPA, que orienta o/a agricultor/a na elaboração.

Um passo importante na elaboração do plano de manejo da UFP é a participação nas formações que acontecem nas UAPs, já que os conteúdos têm relação com o manejo dado ao roçado com algodão consorciado e as demais áreas da UFP. Uma parte das formações se dedica ao processo de certificação orgânica participativa que aborda diversos elementos que compõem o giro anual do controle da qualidade orgânica nas UFPs.

No entanto, nem todas as famílias agricultoras participam das formações. Mas, como cada grupo local de produção tem ‘representantes’, se espera que os conteúdos tratados sejam repassados para outras famílias agricultoras. Ademais, há um esforço dos/as agricultores/as multiplicadores/as e os técnicos/as das ONGs no acompanhamento aos grupos locais de produção para apoiar no preenchimento do plano de manejo.

Em muitos casos, o plano de manejo do ano ‘seguinte’ é muito parecido com o anterior. No entanto, pode haver atualização de um ano para o outro. Para tanto, a elaboração/atualização do plano de manejo deve ser uma atividade anual regular no âmbito de funcionamento do SPG/OPAC. Uma vez preenchido o plano de manejo, é feita uma cópia, que é entregue à coordenação do SPG/OPAC para arquivo. O plano original é guardado pela família. Um dos temas das reuniões do grupo de produção local é a elaboração do plano de manejo e as atualizações anuais, assim como a elaboração para as novas famílias do sistema. Ao mesmo tempo, as reuniões devem ainda discutir a implementação do calendário de visitas das Comissões de Ética.

Existe uma segunda ferramenta do SPG que é trabalhado na UFP. Trata-se do caderno de campo. Neste caso, a família agricultora tem utilizado um caderno comum (escolar), ou modelo fornecido pelo SPG/OPAC, no qual ela deve anotar regularmente os diferentes trabalhos/acontecimentos que ocorrem na UFP. Por exemplo, o registro das atividades no preparo do solo – tais como o dia em que foi preparada a terra, se foi feito com trator ou tração animal, se foi um serviço pago, entre outras.

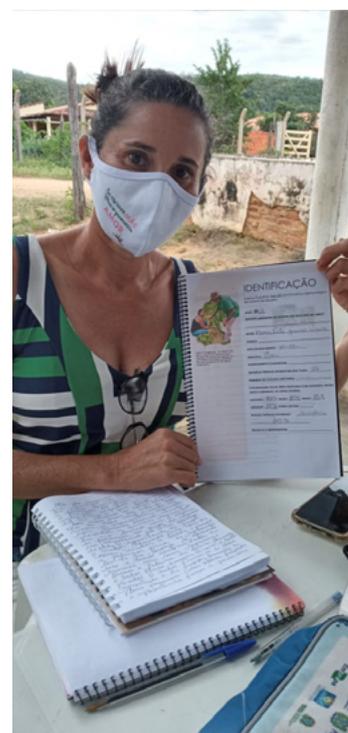
Essas anotações devem ser regulares, acompanhando os diversos passos ou etapas do itinerário técnico (sementes, plantio, adubação orgânica, manejo das plantas espontâneas, biofertilizante, colheita, vazio sanitário, entre outras).



**Figura 5.** Registro de manejo da terra no caderno de campo.



**Figura 6.** Anotações diárias no caderno de campo.



**Figura 7.** Registro de identificação no caderno de campo.

Em resumo, o plano de manejo registra o que está pensado para uso e manejo na UFP e o caderno de campo traz os acontecimentos na 'vida real'. Como exemplo, em determinada parcela da UFP, no plano inicial, o cultivo de feijão, mas por algum motivo, ao decorrer da implementação das culturas se mudou para gergelim.

### **As referências técnicas do Sistema Participativo de Garantia (SPG)**

A elaboração do plano de manejo tem por referência o sistema produtivo orgânico nas UFPs a partir das normas técnicas de produção orgânica brasileira. Para tanto, os OPACs não criaram normas próprias, adotando as existentes na legislação brasileira, que estão contidas na Portaria nº 52 de 15 de março de 2021 do MAPA. Como exemplo, é possível mencionar alguns tipos de não conformidades que impedem a certificação orgânica dos produtos nas UFPs: a) falta de participação nas atividades do grupo local de produção; b) utilização de insumos proibidos pela Portaria nº 52 do MAPA (adubo químico sintético,

agrotóxicos, entre outros); c) uso de material vegetal transgênico; d) uso do fogo como prática de manejo da terra; e) destino inadequado de resíduos sólidos; entre outros. Essa lista de práticas proibidas constitui um resumo das principais exigências colocadas pela legislação brasileira. Na realidade, a lista não engloba todas as exigências legais. Para tanto, o Projeto elaborou um protocolo regras e boas práticas no cultivo do algodão em consórcios agroecológicos com certificação orgânica participativa.

## **As visitas**

As visitas ‘locais’ e as visitas ‘cruzadas’ se constituem na principal ferramenta de verificação da conformidade orgânica nas UFPs de um SPG/OPAC. Para tanto, segue o itinerário de funcionalidade.

### ***As visitas locais, ‘de pares’ ou visitas internas***

A Comissão de Ética local tem a incumbência de organizar as ‘visitas locais’ de cada membro do grupo local de produção (assentamento ou comunidade). Em princípio, todas UFPs, controladas pelo SPG/OPAC, recebem uma vez por ano visita da Comissão de Ética local.

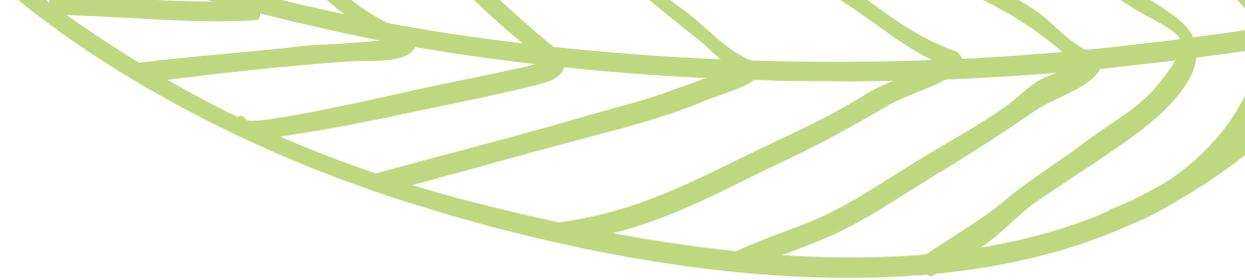


**Figura 8.** Visitas de pares, Comissão de Ética de grupo local de produção.



**Figura 9.** . Visitas de pares, verificação da conformidade orgânica da Comissão de Ética de grupo local de produção.

Tem-se que pelo menos 2 membros da Comissão de Ética local devem estar presentes em cada visita à UFP, sendo possível que outros membros do grupo local de produção estejam também presentes. As visitas de pares têm como finalidade verificar se a família agricultora está produzindo de acordo



com a normas da produção orgânica. Para tanto, há um ‘roteiro de visita’, que consta nos anexos do Manual de Procedimento Operacional do SPG/OPAC. Durante a visita são percorridas as diversas dependências da UFP, tais como a casa e quintal, os currais, os locais de armazenamento da produção e dos insumos, as áreas de roçado, os pastos, a reserva legal, entre outros. A duração desta visita é variável, dependendo de vários fatores, tais como o tamanho da UFP, a ‘qualidade da conversa’, entre outros. No entanto, em média uma ‘visita local’ leva aproximadamente a metade de um dia.

O ‘roteiro’/formulário se transforma em relatório da visita, ao ser preenchido pelos membros da Comissão de Ética local. É neste instrumento que são registrados os ‘pontos positivos’ e os ‘pontos negativos’ encontrados na UFP. Também são especificadas as recomendações e orientações, principalmente relacionadas às correções de eventuais ‘não conformidades’ encontradas durante a visita. A conclusão mais importante que deve sair do relatório, do ponto de vista do processo de certificação orgânica participativa, é se a família agricultora está em conformidade com a lei brasileira dos orgânicos e, portanto, apta a receber a visita da Comissão de Avaliação. Este relatório é assinado pela família agricultora visitada, pelos membros da Comissão de Ética local e demais pessoas que, porventura, tenham participado da visita. Além do relatório, os resultados das visitas são registrados no livro de ata do grupo de produção local.

Naquilo que se refere às visitas locais, a responsabilidade do SPG/OPAC é garantir que se realizem a contento e no tempo certo. Para tal, a diretoria deve propor a elaboração de um calendário de trabalho para as vistas de todos os grupos de produção locais. Normalmente, as visitas locais acontecem sem despesa monetária para o SPG/OPAC, a não ser no caso dela serem ‘acompanhadas’. Neste caso, as despesas seriam os gastos com o deslocamento da assessoria técnica e/ou de alguma outra pessoa.

### ***As visitas externas ou cruzadas***

A partir do parecer favorável na visita local, a família agricultora se torna apta a receber uma visita externa ou cruzada, que deverá ser organizada pela Comissão de Avaliação do SPG/OPAC. Tem se estabelecido como prática que esse tipo de visita visa confirmar a ‘conformidade orgânica’ da UFP, que seja sempre conduzida por, no mínimo, uma dupla de agricultores/as da Comissão de Avaliação. É fundamental que seja formada por agricultores/as de um grupo local de produção diferente

daquele ao qual pertence à família agricultora a ser visitada (motivo pelo qual leva o nome de ‘cruzada’ ou externa). Para além dos membros da Comissão de Avaliação, outras famílias do grupo local ao qual pertence à família visitada, também participam da visita. Segundo estatuto dos SPGs/OPACs, a visita cruzada pode ser para todas as UFPs ou por amostragem, tendo como referência uma fórmula de cálculo. Assim sendo, amostragem para o número de famílias a serem visitadas seria dado pela raiz quadrada do número total de UFPs interessadas na certificação orgânica participativa. O critério que o SPG/OPAC tem como base para essa decisão é uma avaliação de risco, ou mesmo a quantidade de UFPs em cada grupo local de produção.

Assim como ocorre com a visita local, a visita cruzada também conta com um roteiro padrão. A UFP é percorrida pelos visitantes. Devidamente preenchido, o roteiro dá lugar ao relatório da visita. A principal conclusão da vistoria se materializa no parecer final sobre a situação encontrada na UFP, que deverá relatar os pontos positivos encontrados e as medidas de correção/adequação. De acordo com Manual de Procedimentos Operacionais do SPG/OPAC, “é o parecer da Comissão de Avaliação que estabelece se o/a agricultor/a estará apto a receber o certificado de conformidade orgânica”. Uma vez preenchido, o roteiro/relatório é devidamente assinado pelos/as participantes e se torna o relatório da visita. Para tanto, as conclusões das visitas cruzadas são registradas no livro de ata do grupo local de produção. Como no caso do relatório da visita ‘local’, uma cópia desse documento, devidamente preenchido e assinado, é arquivado pelo SPG/OPAC.



**Figura 10.** Verificação de conformidade orgânica pela Comissão de Avaliação do SPG/OPAC.



**Figura 11.** Visita cruzada para verificação de conformidade orgânica pela Comissão de Avaliação do SPG/OPAC.

As visitas cruzadas contam com o acompanhamento de pelo menos 2 membros da Comissão de Avaliação, e em vários casos há o acompanhamento da diretoria do SPG/OPAC.

A realização de visitas cruzadas acarreta despesas consideráveis. Como exemplo, há despesas de deslocamentos, transportes e alimentação dos membros da Comissão de Avaliação.

### ***As visitas surpresas***

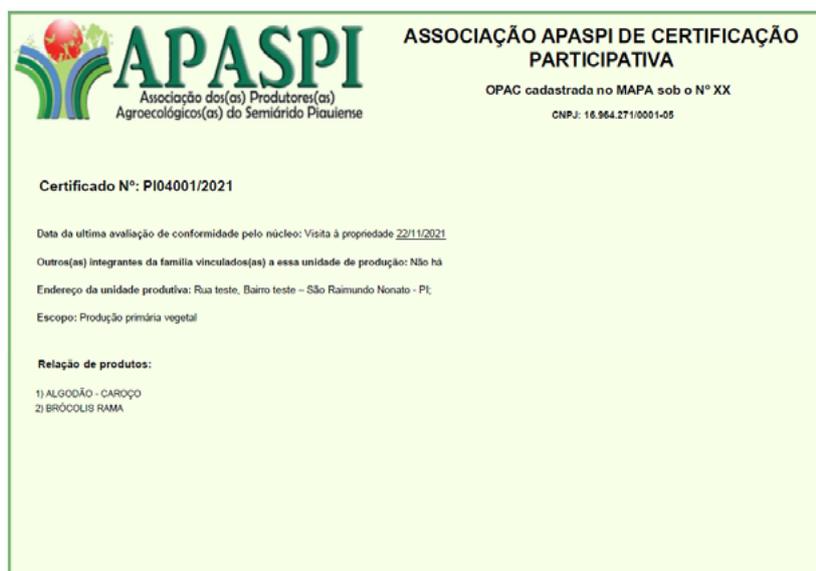
O funcionamento dos SPGs/OPACs ainda prevê a realização de visitas surpresas. A organização dessas visitas é responsabilidade da Comissão de Avaliação. O objetivo é verificar a confirmação dos resultados na avaliação da qualidade orgânica nas UFPs. Este tipo de visita complementa o trabalho da Comissão de Avaliação. As despesas dessas despesas são similares às visitas cruzadas.

### **A emissão dos certificados e o registro do Cadastro Nacional de Produtores/as Orgânicos/as (CNPO)**

O processo de avaliação da conformidade orgânica nas UFPs percorre diversas instâncias de controle para verificação de não conformidades à luz da legislação brasileira dos orgânicos. Para tanto, o resultado do processo é a emissão do certificado de conformidade orgânica e atualização no cadastro nacional de produtores/as orgânicos/as (CNPO) do MAPA dos agricultores/as aprovados no SPG/OPAC. O certificado (Figuras 12 e 13) traz identificação, localidade e vigência na frente, e no verso informações sobre os produtos certificados, geralmente são entregues na Assembleia Geral que acontece no final do ano e com prazo de validade de 12 meses.



**Figura 12.** Exemplo de Certificado de Conformidade Orgânica (frente) emitido pelo OPAC – APASPI – PI.



**Figura 13.** Exemplo de Certificado de Conformidade Orgânica (verso) emitido pelo OPAC – APASPI.

## 2.3. Outras funções desempenhadas no âmbito do Sistema Participativo de Garantia (SPG)/Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC)

Para além daquelas atividades destinadas à implementação do SPG/OPAC, outras funções ou tarefas, que estão ligadas ao processo de implantação e usufruto do Projeto Algodão em Consórcios Agroecológicos. Nos parágrafos que seguem trataremos resumidamente destas funções ou tarefas.

### **Módulos de formação – geração e disseminação do conhecimento – assessoramento técnico**

O Projeto tem promovido a realização de um programa de formação junto às famílias envolvidas, que visa gerar e disseminar conhecimentos sobre os sistemas de produção do algodão em base agroecológica e sobre os processos da certificação orgânica participativa, de modo a multiplicar o número de famílias envolvidas e fortalecer os grupos locais de produção. Esse trabalho de formação tem sido, de fato, concebido e implementado com participação de organizações não governamentais parceiras. É um instrumento muito importante de apoio ao trabalho de fortalecimento de funcionamento dos SPGs/OPACs.

Para tanto, as formações de manejo dos consórcios agroecológicos com algodão acontecem em Unidades de Aprendizagem e Pesquisa Participativa

(UAPs) em núcleos nos territórios de atuação do Projeto. Cada núcleo é formado por grupos locais de produção com aproximação geográfica. Ademais, há formações para a funcionalidade do giro do SPG/OPAC. Neste sentido, se espera a descentralização da geração e disseminação do conhecimento e o aumento da participação. Em cada núcleo há um/a agricultor/a ‘multiplicador do conhecimento’, juntamente com assessoramento técnico, que realiza os módulos de formação na UAP. Há uma ajuda de custo mensal para cada um dos agricultores/as multiplicadores/as, como forma de compensar as horas destinadas ao programa de formação.

O trabalho de assessoramento técnico desenvolvido no âmbito Projeto é no sentido de apoiar os processos organizacionais e operacionais de funcionamento dos SPGs/OPACs, além de formação pedagógica de conteúdo das formações nas UAPs que vem sendo desenvolvidas por ‘agricultores/as multiplicadores/as’.



**Figura 14.** Formação sobre tratores culturais com uso de tecnologias poupadoras de mão de obra.



**Figura 15.** Formação sobre colheita e pós-colheita do gergelim.

### **A experimentação ou pesquisa participativa de inovações tecnológicas**

Em cada UAP vem se estimulando adoção de tecnologias poupadoras de mão de obra na condução dos consórcios agroecológicos com algodão. Ao mesmo tempo, a implementação do protocolo de regras e boas práticas do algodão em consórcios agroecológicos no semiárido do Nordeste do Brasil. Isso é fundamental para a validação a partir da metodologia do ‘aprender fazendo’, principalmente em relação ao plantio nas primeiras chuvas, diversidade de cultivo, adubação orgânica, espaçamento adequado, entre outros. Esta função do SPG/OPAC está diretamente relacionada à experimentação na geração e disseminação da informação dos consórcios agroecológicos.

Em diversos casos, a condução dos ‘experimentos’ requer a realização de investimentos (tal como a compra de uma roçadeira para fazer a limpa). Neste sentido, é necessário a organização da implantação e acompanhamento do ‘experimento’, fazendo o registro das informações, interpretação dos dados, entre outros. Geralmente, é necessário aportes financeiros. Há em curso a experimentação nas UAPs de tecnologias poupadoras de mão de obra, como microtrator, plantadeira, roçadeira e colheitadeira à gasolina.



**Figura 16.** Pesquisa participativa com plantadeira e adubação orgânica em São Raimundo Nonato/PI – APASPI.

## Sementes

Os SPGs/OPACs têm trabalhado para garantir o acesso à semente de algodão (BRS Aroeira) às famílias agricultoras. Ademais, o Projeto disponibilizou a compra de outras sementes dos consórcios agroecológicos (girassol, amendoim, entre outras) e plantas de adubação verde (feijão de porco, feijão guandu, crotalária, entre outras). A estratégia é que a quantidade de sementes recebida por cada família seja devolvida para o SPG/OPAC com acréscimo de no mínimo de 20%. Com isso se forma um banco de sementes, de modo a formar estoque para eventuais perdas de safra e acesso a novas famílias agricultoras. O SPG/OPAC ainda deve assumir a função de organizar testes de transgenia, principalmente nas sementes de milho utilizadas nos consórcios agroecológicos.

## O monitoramento da produção

Os SPGs/OPACs têm uma parceria com empresa privada, com a qual tem compromisso comercial à venda de pluma de algodão certificada orgânica e ‘em transição<sup>3</sup>’. Isso se materializa a partir da assinatura de contratos no início da safra<sup>4</sup>, com estimativa de produção. Isto inclui a realização de levantamento da produção, junto a cada grupo local de produção, número de famílias que plantaram, área plantada por cada família, entre outras. Esse é realizado após o plantio, sendo atualizado a cada dois meses. No mês de abril, se realiza uma estimativa baseada nos hectares plantados, em junho/julho se faz uma segunda estimativa a partir da técnica de contagem de maçãs de algodão por amostragem. No âmbito dos SPGs/OPACs, a previsão do meio do ano gera um pagamento adiantado para 50% da safra prevista. A estimativa vai sendo atualizada, até chegar o momento da colheita.



**Figura 17.** Colheita de algodão em São Raimundo Nonato/PI – APASPI.



**Figura 18.** Colheita de algodão em São Raimundo Nonato/PI – APASPI.

## O descarçamento do algodão

Ao se tratar de algodão com certificação orgânica participativa, o produto vendido é a pluma em fardos. Os SPGs/OPACs possuem unidades de descarçamento e enfardamento. O local de instalação desses equipamentos, em vários casos é cedido por alguma associação ou cooperativa parceira.

Antes de iniciar o descarçamento do algodão, os SPGs/OPACs se encarregam de fazer a manutenção e ajuste dos equipamentos e compra de insumos básicos, que são necessários para confeccionar os fardos: tela e arame com respectivas especificações, lápis para a identificação dos fardos, entre outros<sup>5</sup>.

<sup>3</sup> ‘Em transição’ significa que o processo de produção é controlado pelo SPG/OPAC e está em conformidade com a lei brasileira dos orgânicos, mas ainda esperando o credenciamento no MAPA e/ou período de transição para a certificação orgânica participativa.

<sup>4</sup> O contrato para a safra de 2021 foi assinado em fevereiro do mesmo ano.

<sup>5</sup> O SPG/OPAC assume a tarefa da compra de materiais para garantir que sejam respeitadas as

O processo de descaroçamento do algodão requer que cada agricultor/as leve o algodão em rama colhido no seu roçado para a unidade de descaroçamento. Cabe também ‘recrutar’ uma equipe de três pessoas – sendo que uma dela deve ter experiência com o uso dos equipamentos – que realiza o trabalho de ‘descaroçar’ o algodão em rama e depois enfardar a pluma. É frequente que o agricultor/a do algodão integre essa equipe, mas é possível que contrate um ou mais integrantes. Esse processo termina deixando os fardos prontos e os caroços ensacados e pesados. A organização tem uma Comissão responsável que faz a supervisão geral do uso do maquinário, além de se encarregar de identificar os fardos, atribuindo a cada um o seu número, colocando informações sobre o agricultor/a, variedade, empresa compradora, status da certificação e o seu peso. Essas informações são registradas na tabela/planilha de rastreabilidade da safra.

Os fardos de pluma de algodão são armazenados num local próximo à unidade descaroçadora. Eles permanecem neste ‘armazém’ até o momento de serem entregues à empresa compradora. No caso do caroço do algodão, cabe a cada agricultor/a encaminhar o seu destino. Geralmente estes/as reservam uma quantidade para o plantio para o ano subsequente<sup>6</sup>. Pode também usar o caroço na alimentação dos seus animais. Registre-se que existe um mercado local bastante ativo para o caroço, ou seja, em diversos casos ele é vendido ‘na porta’ da unidade de descaroçamento. Os negócios envolvendo o caroço são realizados diretamente entre o/a agricultor/a e o/a comprador/a interessado/a.



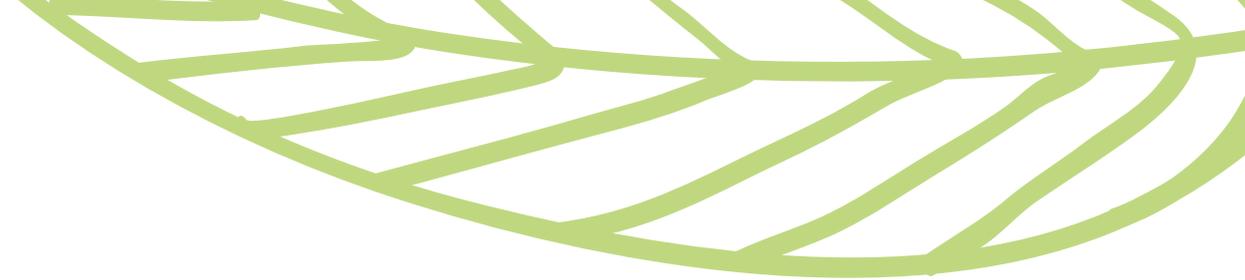
**Figura 19.** Prensa enfardadora de pluma de algodão em Nossa Senhora da Glória/ SE – ACOPASE.



**Figura 20.** Fardos de pluma em transição orgânica no território do Alto Sertão Sergipano – ACOPASE.

especificações (não é qualquer pano ou arame que serve para confeccionar os fardos) e haja uma uniformidade do produto.

<sup>6</sup> Geralmente os agricultores/as identificam e separam as plantas e até os capulhos das quais elas querem tirar as sementes para o plantio do ano subsequente. O algodão em rama colhido das plantas é levado em separado do resto da colheita de algodão e processado de maneira a que possa ter uma boa semente.



## **A comercialização e a gestão financeira**

A operação de venda da pluma de algodão não é feita de forma individual por cada agricultor/a. Por isso, o SPG/OPAC tem assumido uma série de tarefas no processo anual de comercialização. Assim sendo, por exemplo, é com a organização que a empresa ‘negocia’ o valor de compra (pluma certificada orgânica e ‘em transição’) no início da safra.

Ao final do processo, compete também ao SPG/OPAC administrar os recursos provenientes da venda da pluma de algodão – tanto na forma do adiantamento como de ‘pagamento final’. Assim, cabe à organização receber e ‘redistribuir’, junto aos agricultores/as envolvidos/as, os recursos do adiantamento. Na hora de terminar o processo de compra-venda, cabe também a emissão de uma nota fiscal pela venda da pluma, para permitir que a empresa faça o pagamento final. Recebidos esses recursos, é encaminhado o pagamento para cada agricultor/a. Para tal, o SPG/OPAC ‘faz as contas’: calcula o valor global a receber, considerando a quantidade de produto entregue e vendido e deduz os eventuais descontos cabíveis.

Alguns SPGs/OPACs, conseguiram em seus estados a inscrição estadual que vem possibilitando a emissão de Nota Fiscal (NF) eletrônica necessária para comercializar os produtos. Para tal, algumas mudanças no estatuto foram necessárias. Outros optaram por fazer parceria com cooperativas locais, que por sua vez realizam a emissão da NF, cobrando uma taxa de ‘serviço’ que varia entre 1 e 5% do valor total da NF.

No campo da gestão financeira os SPGs/OPAC gerenciam fundos estratégicos para sua sustentabilidade e autonomia. Para tanto, seguem abaixo:

### ***a) Fundo Rotativo Solidário (FRS)***

A implantação de um roçado de ‘consórcio agroecológico’ muitas vezes pode requerer o dispêndio de recursos financeiros. É o caso que acontece quando uma família agricultura precisa alugar um trator para preparar o terreno, contratar diaristas para fazer uma limpa ou realizar a colheita. Um dos fatores que podem limitar o crescimento da área plantada e do número de famílias envolvidas é o acesso ao crédito. A constituição de um FRS com gerenciamento do SPG/OPAC é uma estratégia de potencializar a expansão dos consórcios agroecológicos e a comercialização. O FRS pode operar pequenos empréstimos para as famílias que o solicitarem, para devolver corrigido no momento da safra ou em parcelas acordadas. Ainda o FRS pode ser utilizado em despesas na agregação de valor aos alimentos orgânicos em Unidades de Beneficiamento de Alimentos (UBAs), onde após a comercialização os valores

utilizados são retornados para o fundo. Os recursos para formação do FRS foram doações no âmbito do fortalecimento dos SPGs/OPACs do Projeto.

**Tabela 1.** Panorama do Fundo Rotativo Solidário (FRS) em dezembro de 2021.

Algodão em Consórcios Agroecológicos - 2021	Área (ha)	Total de famílias cadastradas	Famílias que produziram	FRS (Fundo Rotativo Solidário)			
				Dezembro de 2021			
				Valor inicial do FRS	Saídas do FRS (empréstimos)	Entradas no FRS	Saldo
Sertão do Araripe - PE	298	531	318	R\$ 40.000,00	R\$ 56.520,33	R\$49.525,50	R\$ 33.005,17
Serra da Capivara - PI	100	115	106	R\$ 45.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 5.100,00	R\$ 38.100,00
Sertão do Cariri - PB	191	303	167	R\$ 25.050,00	R\$ 3.600,00	R\$ 18.000,00	R\$ 39.450,00
Sertão do Apodi - RN	132	63	43	R\$ 31.200,00	R\$ 4.820,00	R\$ 30.440,00	R\$56.820,00
Sertão do Pajeú - PE	36	140	121	R\$ 36.000,00	R\$ 7.200,00	R\$ 7.412,22	R\$ 36.164,93
Alto Sertão de Alagoas - AL	37	105	52	R\$ 25.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 33.419,58	R\$ 52.697,76
Alto Sertão de Sergipe - SE	29	84	42	R\$ 36.800,00	R\$ -	R\$ 274,47	R\$ 37.074,47
<b>TOTAIS</b>	<b>824</b>	<b>1.341</b>	<b>849</b>	<b>R\$ 239.050,00</b>	<b>R\$ 90.140,33</b>	<b>R\$ 114.171,77</b>	<b>R\$ 293.312,33</b>

### **b) Fundo de Investimento Produtivo e Ambiental (FIPA)**

É um fundo gerenciado pela Diaconia, não reembolsável, em prol do fortalecimento dos SPGs/OPACs. Os recursos são repassados a partir de Projetos FIPA aprovados e contratados, e são não reembolsáveis. Os principais itens de financiamento dos FIPAs foram equipamentos, assim como tecnologias poupadoras de mão de obra (Tabela 02), infraestrutura para funcionalidade do SPG/OPAC e FRS. A gestão financeira para aplicação dos recursos do FIPA é responsabilidade do SPG/OPAC e se encerra com a finalização da aplicação dos recursos e a prestação de contas.

**Tabela 2.** Doações feitas por meio do Fundo de Incentivo Produtivo e Ambiental – FIPA para os SPGs/OPACs.

LOCAL	OPAC	Valor (R\$)
Alto Sertão de Alagoas	Flor de Caraiqueira	R\$ 85.470,00
Sertão do Pajeú-PE	ASAP	R\$ 87.300,00
Sertão do Cariri-PB	ACEPAC	R\$ 82.328,00
Sertão do APODI-RN	ACOPASA	R\$ 82.328,00
Alto Sertão de Sergipe	ACOPASE	R\$ 73.978,00
Serra da Capivara-PI	APASPI	R\$ 24.160,00
Sertão do Araripe – PE	ECOARARIPE	R\$ 52.962,00
<b>Totais</b>	<b>849</b>	<b>R\$ 488.526,00</b>

Nos consórcios com algodão há uma elevada demanda por mão de obra durante o ciclo cultural (150 dias), ou seja, oscilando de 50 a 70 diárias por hectare. Os SPGs/OPACs vêm realizando experimentação das tecnologias poupadoras de mão de obra em todas as fases do ciclo do algodão consorciado, como preparo da terra, plantio, manejo das plantas espontâneas e colheita. O acesso a tecnologias e equipamentos pelos SPGs/OPACs é um marco de transição de melhores condições para a produção agroecológica. Na lista constante na Tabela 2, é possível perceber os investimentos dos FIPAs. A partir da fase de teste e avaliação das tecnologias nos consórcios, se pretende alargar a base de acesso para todos os grupos locais de produção, com perspectiva de renovação do Projeto.

Espera-se com isso diminuir a demanda de mão obra e, por outro lado, aumentar a área de plantio do algodão em consórcio. Isso dará um impacto positivo no aumento da escala de produção. Ademais, pretende-se também aumentar a produtividade a partir de melhores arranjos de plantas e a implantação do protocolo<sup>7</sup> nas UFPs. É importante destacar a parceria com FIDA/AKSAAM/UFV, que vem sendo possível investir nas tecnologias nas UAPS (Tabela 2), assim como em documentos na gestão do conhecimento. O Projeto também produziu um vídeo do Protocolo – Regras e Boas práticas do algodão consorciado do algodão no Nordeste do Brasil. Esse vídeo é um marco importante para a horizontalidade das informações para as famílias agricultoras existentes e as que vão chegar.

<sup>7</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=QA3dQEFOE1U&t=49s> vídeo do Protocolo do Projeto – Regras e boas práticas do algodão consorciado com certificação orgânica participativa no semiárido do Nordeste do Brasil. Link para o documento do Protocolo do Projeto: <https://drive.google.com/drive/folders/1N1P6AG9vKIgOfh5zwY1hf3KZGrLD3nd3?usp=sharing>

**Tabela 3.** Equipamentos e tecnologias poupadoras de mão financiados aos SPGs/OPACs nos territórios de atuação do Projeto.

Tecnologias	AKSAAM - FIDA ACOPASE Alto Sertão de Sergipe	AKSAAM - FIDA APASPI	Diaconia / Laudes Foundation						Totais
			APASPI - Serra da Capivara - PI	ECOARARIPE Sertão do Araripe - PE	Flor de Caraibeira - Alto Sertão de Alagoas	ACOPASA - Sertão do Apodi - RN	ACEPAC Sertão do Cariri - PB	ASAP - Sertão do Pajeú - PE	
Miniusina descaroçadeira (20 serras) e enfardadeira (prensa hidráulica)	1	0	0	0	0	0	1	0	2
Notebooks	4	5	0	6	0	0	0	4	19
Colheitadeiras de botão floral e de algodão em rama à gasolina	2	0	2	6	3	2	0	0	15
Moto cultivador enxada rotativa	2	0	1	2	3	5	0	1	14
Plantadeira manual	2	0	4	6	3	3	0	2	20
Pulverizador manual costal 20l	3	0	6	6	0	0	0	0	15
Carrinho pulverizador	1	0	0	0	1	0	0	0	2
FS 160 Roçadeira DM 300-3 STIHL	4	0	0	6	3	3	0	4	20
Micro trator	1	0	1	6	3	2	0	0	13
Enxada rotativa para roçadeira	0	0	4	0	0	0	0	0	4
Kit EPI	0	0	0	12	0	5	0	4	21
Carroça para cargas	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Balança para pesagem de pluma	0	0	0	0	0	0	0	2	2

### c) Fundo de Incentivo à Autonomia Financeira (FIAF) dos SPGs/OPACs

A capitalização do FIAF vem gerando orçamento para autonomia financeira, de modo a impulsionar o pagamento de despesas operacionais de funcionamento dos SPGs/OPACs a partir de acesso a mercados sem a necessidade de rubricas orçamentárias do Projeto. Ademais, pode contribuir para a elaboração do orçamento anual dos SPGs/OPACs. Esse fundo é 'alimentado' pelas contribuições dos sócios (mensais ou anuais), por um percentual acordado em relação à comercialização da produção com valor agregado, prêmio social doado por empresa do comércio justo associado à produção do algodão, pagamento pela emissão do certificado de conformidade orgânica, entre outras. A gestão financeira dos FIAFs é uma das principais estratégias de autonomia financeira e organizacional dos SPGs/OPACs.

**Tabela 4.** Panorama de arrecadações do Fundo de Incentivo à Autonomia Financeira (FIAF) em outubro de 2021.

Algodão em Consórcios Agroecológicos - 2021	Área (ha)	Total de famílias cadastradas	Famílias que produziram	FRS (Fundo Rotativo Solidário)			
				Dezembro de 2021			
				Valor inicial do FRS	Saídas do FRS (empréstimos)	Entradas no FRS	Saldo
Sertão do Araripe - PE	298	531	318	R\$ 89.078,95	R\$ 83.547,05	R\$ 5.531,90	R\$ 33.005,17
Serra da Capivara - PI	100	115	106	R\$ 76.290,84	R\$ 40.944,43	R\$ 35.346,41	R\$ 38.100,00
Sertão do Cariri - PB	191	303	167	R\$ 103.235,00	R\$ 83.834,97	R\$ 19.400,03	R\$ 39.450,00
Sertão do Apodi - RN	132	63	43	R\$ 32.975,90	R\$ 32.407,01	R\$ 568,89	R\$ 56.820,00
Sertão do Pajeú - PE	36	140	121	R\$ 7.899,89	R\$ 964,47	R\$ 6.935,42	R\$ 36.164,93
Alto Sertão de Alagoas - AL	37	105	52	R\$ 5.596,64	R\$ 1.657,29	R\$ 3.939,35	R\$ 52.697,76
Alto Sertão de Sergipe - SE	29	84	42	R\$ 12.531,00	R\$ 7.631,42	R\$ 4.899,58	R\$ 37.074,47
<b>TOTAIS</b>	<b>824</b>	<b>1.341</b>	<b>849</b>	<b>R\$ 327.608,22</b>	<b>R\$ 250.986,64</b>	<b>R\$ 76.621,58</b>	<b>R\$ 293.312,33</b>

## Despesas de funcionamento do SPG/OPAC

A funcionalidade da avaliação da qualidade orgânica em UFPs requer atividades que implicam em despesas. Para tanto, foi possível sistematizar tipos de despesas que são fundamentais para organização dos SPGs/OPACs. Na maioria dos casos, a documentação das informações de avaliação da qualidade orgânica é guardada na casa do presidente/a, sede de uma associação comunitária ou em espaço cedido por parcerias. Isso certamente coloca que as despesas administrativas sejam subestimadas. Para tanto, abaixo é possível visualizar os diversos tipos de despesas, descrição/observações e origem de recursos para financiamento dos SPGs/OPACs no âmbito administrativo, avaliação da qualidade orgânica, formação e descarçamento do algodão e comercialização.

**Tabela 5.** Despesas administrativas gerais anuais dos SPGs/OPACs.

Tipo de despesa	Descrição - observações	Origem dos recursos	
		FIAF	Projeto Algodão - Diaconia
Serviços do escritório de contabilidade	O serviço de contabilidade para manter as contas 'em dia' varia muito de território pra território. Foi estimado entre R\$ 400,00 e R\$ 2.400,00/ano.	R\$ 2.400,00	R\$ -
Material de escritório (papel, tinta, entre outros)	Estimou-se que uma 'verba' de R\$ 250,00 é apropriada.	R\$ 250,00	R\$ -
Serviços de comunicação (internet, celular, entre outros)	Atualmente os SPGs/OPACs não tem linha de celular nem serviço de banda larga/internet. Usam-se os celulares e as assinaturas de Internet particulares (diretores/as).	R\$ -	R\$ -
Outros serviços de escritório (serviços bancários, fotocópias, manutenção, entre outros)	Fotocópias representam uma despesa. É necessário diferenciar as cópias mais 'institucionais' (como seria o caso de fazer cópias dos estatutos para entregar a todos os sócios), das que são usadas nos módulos de formação. Esse segundo tipo de cópia será incluído nas despesas de formação. Estimou-se um valor de R\$ 2.500,00/ano para esse item (incluindo R\$ 500,00 pra despesas bancárias).	R\$ 2.500,00	R\$ -
Energia	Atualmente não pagam energia, pois ainda não apresentam sede própria.	R\$ -	R\$ -
Aluguel	Atualmente não pagam energia, pois ainda não apresentam sede própria.	R\$ -	R\$ -
Cartório	Despesas de cartório anual. Mas, são muito variáveis. Foi estimada uma 'verba' de R\$ 400,00, como uma provisão 'razoável'.	R\$ 400,00	R\$ -
<b>Subtotal</b>		<b>R\$ 5.550,00</b>	<b>R\$ -</b>

**Tabela 6.** Despesas com atividades do SPG/OPAC.

Tipo de despesa	Descrição - observações	Origem dos recursos	
		FIAF	Projeto Algodão - Diaconia
Assembleias/ Eventos Gerais de planejamento	Estão previstas 2 assembleias por ano. Cada assembleia deve contar com a presença de 100 pessoas. A despesa para realizar 1 assembleia inclui: Deslocamento (transporte)= 80 pessoas x R\$ 50,00/pessoa = R\$ 4.000,00; Alimentação = 100 pessoas x R\$ 15,00/pessoa = R\$ 1.500,00; Outras despesas (aluguel de sala, tenda, entre outras) = R\$ 800,00 (local geralmente é cedido). Despesa para realizar 1 assembleia = R\$ 6.300,00. Despesa para 2 assembleias/ano= R\$ 12.600,00.	R\$ 8.000,00	R\$ 3.000,00
Visitas e reuniões de planejamento com os Grupos locais de Produção	Média de 20 grupos locais de produção por SPG/OPAC em 2021. A despesa para realizar uma visita: Deslocamento de um membro ou representante da diretoria: R\$ 80,00 (incluindo alimentação). Despesa de 20 visitas/reuniões de planejamento/ano: R\$ 1.600,00.	R\$ 1.600,00	R\$ -
Apoio à elaboração de documentos do SPG das famílias agricultoras (Plano de manejo, entre outros.)	As famílias agricultoras recebem o plano de manejo impresso (média de R\$ 50/ano). Custo de reprodução do material (plano de manejo) = R\$ 20,00. Despesa: 50 famílias x R\$ 20,00/família = R\$ 1.000,00.	R\$ -	R\$ -
Visitas locais	Normalmente as visitas locais não geram despesas.	R\$ 1.000,00	R\$ -
Visitas externas ou cruzadas	Considerando em média de 20 grupos locais de produção e que a Comissão de Avaliação visite pelo menos 1 vez por ano cada grupo (20 visitas/ano). Deslocamento dos representantes da Comissão de avaliação que vão fazer as visitas cruzadas: R\$ 200,00 (incluindo alimentação). Despesa total = 20 visitas/ano R\$ 200,00/vista = R\$ 4.000,00.	R\$ 4.000,00	R\$ -
<b>Subtotal</b>		<b>R\$ 14.600,00</b>	<b>R\$ 3.000,00</b>

A estimativa de despesas anuais de atividades do SPG/OPAC é de R\$ 17.600,00, das quais R\$ 3.000,00 (17%) são financiadas atualmente pelo Projeto. Ademais, no âmbito do Projeto está prevista a realização de um programa de formação a agricultores/as associados/as ao SPG/OPAC. Em média são 5 agricultores/as 'multiplicadores/as do conhecimento' por território que conduzem as formações nas UAPS. Segue abaixo as despesas relacionadas com o processo de formação e experimentação na perspectiva de fortalecimento dos SPGs/OPACs. Atualmente, o financiamento dessas é originado de rubricas do Projeto (Tabela 7).

**Tabela 7.** Despesas com formação e experimentação.

Tipo de despesa	Descrição - observações	Origem dos recursos	
		FIAF	Projeto Algodão - Diaconia
Agricultores/as 'multiplicadores do conhecimento'	Em média 5 agricultores/as, com ajuda de custo de R\$ 500,00/mês. Despesa anual: R\$ 30.000,00.	R\$ -	R\$ 30.000,00
Módulos de formação em 5 núcleos	Previsão de realizar 6 módulos, cada um para 24 participantes. Despesa de alimentação nos módulos de formação: 6 módulos x 5 núcleos x 24 participantes x R\$ 12,00/participante = R\$ 8.640,00.	R\$ -	R\$ 8.640,00
Material didático a ser distribuído para os participantes	Despesa de cópia de 'Protocolo' e de outros materiais: 6 módulos x 24 participantes/módulo x 5 núcleos x R\$ 15,00/cópia = R\$ 10.800,00	R\$ -	R\$ 10.800,00
Compra de ferramentas e materiais	Verba prevista R\$ 150,00/módulo, compra de pequenas ferramentas e outros materiais necessários. <b>Despesa: R\$ 150,00 x 6 módulos x 5 núcleos = R\$ 4.500,00</b>	R\$ -	R\$ 4.500,00
Implantação e registro de informações de experimentos	Irá requerer recursos na medida em que a experimentação/ inovação demande. O acompanhamento e o registro de informações é tarefa do/a agricultor/a 'multiplicador do conhecimento'.	R\$ -	R\$ -
<b>Subtotal</b>		<b>R\$ -</b>	<b>R\$ 53.940,00</b>

**Tabela 8.** Despesas com descaroçamento do algodão e comercialização

Tipo de despesa	Descrição - observações	Origem dos recursos	
		FIAF	Projeto Algodão - Diaconia
Manutenção do maquinário das unidades de descaroçamento e enfardamento do algodão	Manutenção Em certos momentos é necessário trocar peças desgastadas. <b>Despesa: R\$ 2.500,00</b>	R\$ 2.500,00	R\$ -
Materiais/insumos necessários para o descaroçamento e enfardamento do algodão	A confecção dos fardos de pluma de algodão requer que sejam comprados panos e o arame. Ademais, há despesa com energia para funcionamento das máquinas de descaroçamento e enfardamento de algodão. O valor dessas despesas depende da quantidade de algodão que é processado. <b>Despesa: R\$ 2.500,00 (médio por SPG/OPAC)</b>	R\$ 2.500,00	R\$ -
Despesas com armazenamento	Atualmente, se faz o armazenamento dos fardos processados em locais 'emprestados' e considera que isto não tem despesa.	R\$ -	R\$ -
<b>Subtotal</b>		<b>R\$ 5.000,00</b>	<b>R\$ -</b>

**Tabela 9.** Resumo das despesas anuais estimadas em SPG/OPAC.

<b>Tipo de despesa</b>	<b>FIAF</b>	<b>Projeto Algodão - Diaconia</b>
1. Despesas administrativas gerais	R\$ 5.550,00	R\$ 0,00
2. Despesas com as atividades de funcionamento da qualidade orgânica nas UFPs	R\$ 14.600,00	R\$ 3.000,00
3. Despesas com formação e experimentação	R\$ 0,00	R\$ 53.940,00
4. Despesas de descaroçamento e enfardamento do algodão e comercialização	R\$ 5.000,00	R\$ 0,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 25.150,00</b>	<b>R\$ 56.940,00</b>

Neste contexto, o total de despesas a partir das fontes de financiamento (FIAF + Projeto Algodão/Diaconia) é de R\$ 82.090,00 (Tabela 9). As despesas relacionadas as questões administrativas, giro na avaliação da qualidade orgânica em UFPs e descaroçamento e enfardamento do algodão e comercialização foram de R\$ 25.150,00. Essas têm financiamento do FIAF do SPG/OPAC, enquanto as de formação e experimentação foram de R\$ 56.940,00 (Projeto Algodão – Diaconia). Assim sendo, é possível observar nos FIAFs (Tabela 4) que 4 (ECOARARIPE – Sertão do Araripe/PE, APASPI – Serra da Capivara/PI, ACOPASA – Sertão do Apodi/RN e ACEPAC – Sertão do Cariri/PB) dos 7 SPGs/OPACs apoiados pelo Projeto já teriam arrecadação suficiente para manter atividades relacionadas aos itens 1,2 e 4, evidenciando um caminho para autonomia financeira.

Observa-se que a contribuição orçamentária externa advinda do Projeto, atualmente é para manter os processos de formação e pesquisa participativa (item 3). Neste sentido, caso os SPGs/OPACs queiram manter essas atividades no mesmo formato sem dependência do Projeto é necessário aumentar a arrecadação. A estratégia é alargar a base de comercialização dos produtos via SPGs/OPACs, principalmente para os outros produtos dos consórcios agroecológicos.



### 3. Ferramenta de avaliação da maturidade dos SPGs/OPACs

É sempre um desafio medir ou avaliar estágios de maturidade que se observe temas e eixos na perspectiva de planejamento de ações em prol do fortalecimento dos SPGs/OPACs. Neste contexto, foi realizada uma parceria com a ONG Imaflora para desenvolver uma ferramenta de monitoramento da maturidade organizacional dos SPGs/OPACs de atuação do Projeto. Essa é um arquivo em Excel que permite a entrada de informações e saídas com níveis de maturidade. A proposta é que seja utilizada pelos próprios SPGs/OPACs, de modo a obter uma ‘fotografia’ do estado da arte nos diversos campos dessas organizações e planejamento estratégico para enfrentamento dos desafios.

A ferramenta é dividida em componentes, eixos, áreas e temas, com perguntas relacionadas. São 5 níveis de resposta para cada pergunta que permite atribuir um valor. As ‘notas’ de 0 a 5 são dadas individualmente por cada participante, depois é feito um percentual de alcance das avaliações, resultando em uma ‘avaliação coletiva’. Portanto, a nota percentual indica a média das avaliações de um certo componente podendo explicitar uma ‘fortaleza’ ou ‘fragilidade’ organizacional que merece atenção.

No componente de desenvolvimento organizacional são avaliados os seguintes eixos/áreas: Governança (estrutura e planejamento organizacional); Gestão Financeira (contabilidade viabilidade financeira); Gestão Comercial (comercialização de produtos marketing); Gestão Produtiva (planejamento produtivo, avaliação da conformidade orgânica, orientações e práticas sustentáveis). No componente de desenvolvimento humano: Gestão de Pessoas (organização comunitária, desenvolvimento de competências, cultura organizacional, geração e gênero); Trabalho Decente (renda e trabalho); Meios de Vida Sustentável (acesso a recursos naturais, capital social dos membros SPG, capital físico (comunidade)). No componente de desenvolvimento do ecossistema: Regularidade Ambiental (obrigações ambientais legais); Proteção Ambiental (salvaguardas ambientais, mitigação de impactos ambientais, mudança climática); Gestão Territorial (conflitos territoriais).



Os principais resultados esperados com uso da ferramenta de avaliação da maturidade dos SPGs/OPACs:

- Desenvolvimento de uma metodologia de monitoramento, avaliação e planejamento de cadeia de valor;
- Contribuir para o fortalecimento das capacidades de gestão e de intervenção social;
- Ser replicável e seu resultado comparável ao longo do tempo;
- Avaliar a maturidade das cadeias produtivas e ser um instrumento para o engajamento social;
- Contribuir para ampliar o diálogo, sistematização, visualização e geração de resultados;
- Contribuir para ampliar o conhecimento sobre os negócios/empreendimentos;
- Possibilite escolhas de caminhos e prioridades;
- Orientações estratégicas para resultado.

## 4. Software para aperfeiçoamento da certificação orgânica participativa no âmbito do SPGs/OPACs

Em parceria com a Rede Ecovida de Agroecologia, foi possível implementar nos SPGs/OPACs dos territórios da Serra da Capivara – PI (APASPI) e Alto Sertão de Sergipe (ACOPASE) um sistema digital que torna possível a digitalização e transparência do controle da qualidade orgânica nas UFPs na geração do selo brasileiro orgânico, de modo a permitir a venda dos produtos em feiras, supermercados, lojas, restaurantes, hotéis, indústrias, internet e outros. O sistema é monitorado pelas Comissões de Ética e Avaliação. No final do ano ocorre uma Assembleia Geral e esse software, a partir dos documentos obrigatórios para os SPGs/OPACs, dá a possibilidade da família ligada ao SPG/OPAC está apta ou não a receber o Certificado de Conformidade Orgânica.

Para que as culturas alimentares obtenham a conformidade orgânica é necessário que sejam livres de agrotóxicos químicos sintéticos, além de não



apresentarem adubação química sintética, transgenia, fogo na preparação da terra e manejo inadequado de resíduos sólidos na propriedade. Sendo assim, o processo de organização dos documentos de controle da qualidade orgânica, tais como o caderno dos agricultores e agricultoras com relatos das práticas diárias, plano de manejo, atas de reunião dos grupos de produção, os pareceres de acompanhamento das comissões de Ética e Avaliação, a legislação dos orgânicos e as atas de assembleias, passaram a ser digitalizados e disponibilizados com maior transparência.

O software<sup>8</sup> é uma ferramenta que ajuda de forma mais clara no processo de acompanhamento e garante mais transparência ao gerar relatórios e alertas, caso exista uma documentação necessária pendente. O software vem garantir uma forma mais eficiente de trabalho e de descentralização das atividades que geram o processo de certificação orgânica participativa. Caso o MAPA solicite uma auditoria para avaliar a documentação, tudo vai estar registrado no sistema. Ademais, servirá para a implementação aos demais SPGs/OPACs de atuação do Projeto.

## 5. Considerações finais

Os SPGs/OPACs vêm se consolidando como uma organização de base da agricultura familiar em prol de modelo de desenvolvimento inclusivo e regenerativo, considerando aspectos econômicos, sociais e ambientais.

A baixa escolaridade dos membros é um dos grandes desafios para manutenção do registro de informações dos SPGs/OPACs no processo de avaliação da conformidade orgânica em UFPs, assim como outros no gerenciamento de um sistema complexo com várias atividades e funções. Tem se percebido que no campo do desenvolvimento organizacional, há novas capacidades que vem melhorando o capital social. A sustentabilidade dos SPGs/OPACs está ligada à capacidade de alcançar independência e autonomia para execução de suas atividades e funções, onde a certificação orgânica participativa é uma estratégia de acesso a mercados com valor agregado e indo além do algodão no processo de comercialização. Assim sendo, se espera que geração de renda pelas famílias agricultoras associadas aos SPGs/OPAC seja mais frequente ao longo do ano.

---

<sup>8</sup> O software foi desenvolvido pela Rede Ecovida, cedido para os SPGs/OPACs apoiados pelo Projeto Algodão em Consórcios Agroecológicos. Para mais informações procurar Diaconia ou Centro Ecológico.

## Coordenação:



## Apoio:

Laudes ———  
—— Foundation



**INTER-AMERICAN FOUNDATION**  
EMPOWERED COMMUNITIES, SUSTAINABLE RESULTS



Organização das Nações Unidas  
para a Alimentação  
e a Agricultura



Ministerio de  
**AGRICULTURA  
Y GANADERÍA**

**GOBIERNO  
NACIONAL**

Paraguay  
de la gente



**Programa  
Mundial de  
Alimentos**  
Centro de Excelência  
contra a Fome



AGRICULTURA FAMILIAR E CIDADANIA.  
POR UMA VIDA MELHOR NO SEMIÁRIDO.



ASSOCIAÇÃO DE  
CERTIFICAÇÃO  
ORGÂNICA  
PARTICIPATIVA DO  
SERTÃO DO APODI



**RIO GRANDE  
DO NORTE**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DO  
DESENVOLVIMENTO RURAL E DA  
AGRICULTURA FAMILIAR - SEDRAF



ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS AGROECOLÓGICAS DO ARARIPE  
DINAM - ESPAÇO PARTICIPATIVO DE AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

